



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EQUIPE DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA DA 2ª REGIÃO
NÚCLEO DE ATUAÇÃO PRIORITÁRIA

OFÍCIO n. 00081/2024/NAP/EADM2/PGF/AGU

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2024.

Ao Senhor(a) Responsável pela PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

NUP: 00547.008384/2022-55 (REF. 5004149-10.2022.4.02.5102)

INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF/RJ E OUTROS

ASSUNTOS: JORNADA DE TRABALHO

Trata-se de ação civil pública ajuizada SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, em face da UNIÃO FEDERAL e da UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, com pedido de antecipação de tutela, “para suspender o art. 3º, da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 36/2022, no sentido de manter a vigência da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 90/202, de igual modo, suspender o art. 5º da in Instrução Normativa PROGEPE/UFF Nº 21 da Universidade, no sentido de manter a vigência da Instrução Normativa PROGEPE/UFF Nº 019, mantendo-se o grupo de substituídos em condições de risco para a COVID-19 em trabalho remoto, até ulterior melhora do quadro pandêmico e ou eficácias das medidas protetivas e imunizantes em desenvolvimento pelos órgãos de saúde”. No mérito, pede a confirmação da tutela de urgência.

Para tanto, alega o Sindicato que "as publicações dos atos normativos referidos acima desconsideraram o cenário epidemiológico atual do país, onde o número de novas infecções da Covid-19 voltaram a crescer".

Concluindo ao final que "as revogações em comento, que determinaram o retorno ao trabalho presencial dos servidores em empregados públicos pertencentes ao grupo de risco, estão em total desacordo com o cenário atual da doença e mais, a determinação da Universidade está incompatível e conflitante com suas próprias orientações, uma vez que, momento em que se constata o aumento no número de casos e determina o retorno do uso de máscara, a UFF e estabelece o retorno presencial também do grupo de risco".

O r. despacho constante do evento 3 postergou a apreciação do pedido autoral de tutela antecipada, para depois de apresentada a defesa pelas entidades públicas, o que ocorreu no evento 15.

No entanto, foi proferida decisão liminar, com o seguinte teor:

DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA tutela de urgência para suspender o art. 3º, da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 36/2022, no sentido de manter a vigência da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 90/202, de igual modo, suspender o art. 5º da Instrução Normativa PROGEPE/UFF Nº 21 da UFF, no sentido de manter a vigência da Instrução Normativa PROGEPE/UFF Nº 019, mantendo-se o grupo de substituídos em condições de risco para a COVID-19 em trabalho remoto, até ulterior melhora do quadro pandêmico e ou eficácias das medidas protetivas e imunizantes em desenvolvimento pelos órgãos de saúde.

Foi então enviado pela PRF2 o PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 00027/2022/NAP/ER-ADM-PRF2/PGF/AGU (seq. 81/83), determinando o cumprimento da tutela deferida.

A UFF comprovou o cumprimento da decisão judicial no seq. 87/89.

Ocorre que, ao final, o juízo julgou IMPROCEDENTE o pedido autoral, REVOGANDO a decisão que antecipou os efeitos da tutela jurisdicional, conforme decisão anexa, cessando a obrigação da UFF de autorizar o grupo de substituídos em condições de risco para a COVID-19 de trabalhar remotamente.

Pelo exposto, solicita-se à universidade que cumpra a decisão que REVOGOU a tutela de urgência anteriormente deferida.

Por fim, informo que não houve o trânsito em julgado da sentença, porém a revogação da tutela produz efeitos imediatos, devendo ser cumprida desde já.

Atenciosamente,

THAÍS VIANA COUTINHO
PROCURADORA FEDERAL